

### **GERAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA: Onde estava e o que fazia no ano da Independência?**

ANTÓNIO BRANCO: Eu era Aspirante miliciano, estava no Exército. Tinha sido incorporado em '73. Depois de ter que interromper os estudos, vim para Moçambique de Portugal, fui incorporado aqui. Consegui baixar ao Hospital Militar para não fazer a especialidade e voltei a entrar para a tropa em '74, já no princípio de '74, na Intendência. Portanto, na altura da Independência era Aspirante miliciano.

Como militar do Exército Português, vivemos aquele período do 7 de Setembro<sup>1</sup>. Tentámos montar uma emissora, para contrabalançar aquilo que estava a ser emitido na Rádio Moçambique, depois da sua ocupação, tentámos ocupar o centro emissor na Matola, mas não foi possível. Depois retirámos equipamento do antigo Liceu Salazar e do *Self* [refeitório] da Universidade e no dia 10 de Setembro conseguimos emitir, na altura em que a Rádio Moçambique estava a ser desocupada, daqueles indivíduos. Isso fizemos com o Batalhão de Engenharia, onde estavam muitos colegas da Universidade.

Depois disso, mas nessa altura, fui destacado para o Estado-Maior, onde trabalhámos já com oficiais e quadros da FRELIMO, na transferência da informação, que existia no Estado-Maior para organizar o período de transição. Foi no Batalhão de Intendência que nós recebemos os primeiros contingentes da FRELIMO, quando chegaram as primeiras unidades das FPLM<sup>2</sup>. Depois no Estado-Maior fizemos essa transição da informação das Forças Armadas Portuguesas para os quadros da FRELIMO que foram destacados para o efeito.

Com a constituição, portanto, do Governo de Transição fui posteriormente chamado para o Ministério da Coordenação Económica, onde trabalhei com a Alice Massinga e com o Dr. Mário da Graça Machungo.<sup>3</sup>

### **GDI: A seguir à Independência quais foram as suas actividades profissionais?**

AB: Assim que fui chamado para o Ministério da Coordenação Económica fui assistente particular do Mário Machungo e exerci estas funções até '77. Portanto, fizemos aquele período conturbado, entre '74 e '77, em que as empresas começaram a ser abandonadas.

A alteração da situação económica do País afectou profundamente o funcionamento do sector industrial e comercial e, portanto, eu trabalhei com ele, como secretário particular assistindo-o na preparação de documentação, dos encontros, etc., até ser nomeado Secretário-geral. Fui nomeado Secretário-geral do Ministério em '77.

---

<sup>1</sup> 7 de Setembro de 1974, data da assinatura do Acordo de Lusaca. Entre o Governo Português e a Direcção da FRELIMO, que preparou caminho para a transferência rápida e incondicional do poder para a FRELIMO No mesmo dia houve um levantamento da população branca em Lourenço Marques e na Beira. A emissora de rádio foi ocupada e começou a emitir mensagens para todo o país, incitando os brancos a revoltarem-se. Isto deu como resultado uma tremenda perda de vidas.

<sup>2</sup> FPLM - Forças Populares de Libertação de Moçambique, braço armado da FRELIMO.

<sup>3</sup> Mário Fernandes da Graça Machungo (1 de Dezembro de 1940) Economista, foi Ministro da Coordenação Económica durante o Governo de Transição de 20 de Setembro de 1974 a 25 de Junho de 1975. Ocupou vários cargos ministeriais entre 1975 e 1986 (Indústria e Comércio, Agricultura e Planificação) e tornou Primeiro-ministro do país de 17 de Julho de 1986 a 16 de Dezembro de 1994. Ocupou vários cargos na Universidade Eduardo Mondlane e recentemente foi Presidente do Conselho de Administração do BIM.

Foi muito interessante aquele período, entre '74 e '77, pois foi um período em que também se esteve a passar muita informação que existia dos Secretários Provinciais, na alteração dos contratos dos cooperantes, na recolha da informação sobre a situação económica do País, no sector industrial e comercial. Foi um período de formação, portanto, onde me fui familiarizando com o funcionamento das instituições administrativas e públicas do Estado.

Em '77 fui nomeado Secretário-geral até '80. Aí, além de ter trabalhado com o Mário Machungo, depois trabalhei com o Júlio Carrilho,<sup>4</sup> que foi Ministro da Indústria também nessa altura. Em '80 fui nomeado Secretário de Estado das Pescas, por um período curto, 5 meses e já em 1980 é que fui nomeado Ministro da Indústria e Energia. Por acaso estava em casa a almoçar quando tive conhecimento pela rádio que era Ministro. Portanto, foi assim que eu soube que era Ministro e como todo bom militante e Moçambicano as tarefas não se recusavam, aceitavam-se.

#### **GDI: Que idade tinha quando foi nomeado Ministro?**

AB: Tinha 30 anos. Mas foi muito importante aquele período de '74 a '80, porque permitiu-me familiarizar com muitas matérias e entre '77 e '80 já não exerci funções meramente de Secretário-geral, já comecei a intervir em actividades de gestão e de organização em termos do sector industrial.

#### **GDI: Disse que soube da nomeação para Ministro pela rádio. Pode detalhar? O que é que sentiu quando ouviu a notícia?**

AB: Eu estava a almoçar em casa, com a minha mulher, não era na casa actual, porque, na altura, também havia o princípio que os membros do Governo tinham de viver em determinados sítios viver, portanto, eu estava no sítio dos Secretários-gerais e dos Secretários de Estado, que era até um sítio muito bonito, ali na Ponta Vermelha, a ver a baía e foi para lá que me mudaram. Eu estava lá sentado a almoçar e comecei a ouvir que havia uma remodelação ministerial e comecei a ouvir alguns nomes. Por acaso até gostei de ouvir alguns nomes. Começaram por alguns Ministros e eu dizia: "Boa! Este é um bom Ministro." Depois ouvi o meu nome e, então, fiquei um bocado paralisado, que não fazia ideia nenhuma que ia ser nomeado Ministro. Depois começaram os telefonemas.

Eu não fui chamado ao Presidente Samora, eu fui à tomada de posse. Só depois da tomada de posse é que falaram comigo. Portanto, foi assim. Mas também foi assim que eu saí.

Portanto em Janeiro de 1991, uma amiga telefonou-me a dizer: "Ouviste o Rádio?" Eu disse: "Não!" e ela acrescentou: "Já não és Ministro." Eu disse: "Pronto, muito bem!" Foi assim também que eu saí.

---

<sup>4</sup> **Júlio Eduardo Zamith de Franco Carrilho** (Pemba, 26 de Junho de 1946) arquitecto, foi Secretário de Estado das Obras Públicas e Habitação, no Governo de Transição em Moçambique; Entre 1975/ /1978 foi Ministro das Obras Públicas e Habitação; entre 1979/1980 foi Ministro da Indústria e Energia; entre 1980/1986 foi Ministro da Construção e Aguas; entre 1989/1994 foi Presidente do Conselho de Administração do "Fundo de Desenvolvimento Artístico e Cultural" (FUNDAC); entre 1990/2000 Membro da Comissão Nacional da UNESCO; 1992 Membro do Conselho de Administração da "DOMUS - Sociedade de Gestão Imobiliária"; 1994/2003 Director Executivo do "Centro de estudos e Desenvolvimento do Habitat", da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da UEM; Membro do Conselho de Administração da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) de Moçambique; Membro da Direcção da Empresa de Projectos de Arquitectura, Engenharia e Urbanismo, "PROJECTA LDA"

**GDI: Nesse período verificou-se um abandono significativo das empresas e a intervenção do Estado na gestão dessas empresas. O que é que motivou isso, o que é que aconteceu, para ter havido tantas empresas abandonadas? Que impacto causou ao desenvolvimento do País?**

AB: Nós atingimos a Independência depois duma luta de libertação, em que se radicalizaram posições e se consolidaram ideologias, de libertação. A FRELIMO, em termos ideológicos tinha uma política que era libertar a terra e libertar os homens. Portanto, uma política de orientação Marxista, no sentido de implantar uma sociedade Socialista. Portanto, durante a própria luta de libertação as contradições agudizaram-se duma forma muito grande.

Apesar da linha de orientação da FRELIMO ter sido sempre uma linha de unidade de todos os Moçambicanos, de combate ao racismo, ao regionalismo, ao tribalismo, que não se combatia o Povo Português, mas combatia-se o Colonialismo Português e, portanto, que era uma linha de orientação que englobava toda a gente e que apontava para uma Independência que procurava incluir toda a gente, a verdade é que a atitude do Colonialismo Português em termos de impedir que a Independência ocorresse e ter resistido quase até ao fim, tentando a todo o custo impedir a Independência do País, foi radicalizando posições.

A reacção que nós tivemos a 7 de Setembro, por exemplo, em que grande parte da comunidade Portuguesa quis num movimento desesperado impedir a Independência e ocupar a Rádio e tomar outro tipo de iniciativas, inclusive, contactos para tentativa dum golpe com apoio da África do Sul, etc., levou a uma rotura muito grande na sociedade, logo à partida.

Portanto, logo em '74 houve uma rotura na sociedade e um abandono muito grande, independentemente das empresas estarem ou não a funcionar. Houve muita gente que abandonou o País. Não foram só técnicos, foram gestores, foram empregados e houve aquele êxodo massivo. Isso só por si criou uma situação muito grave no funcionamento da actividade económica.

Eu devo dizer que houve muitas intervenções de empresas que foram feitas, não porque se tivesse tomado uma medida concreta contra aquelas empresas, mas porque as empresas foram pura e simplesmente abandonadas pelos seus proprietários ou gestores.

É verdade que, naquele período, nós assistimos a algum abuso e algumas acções, não só a nível de Maputo, mas ao nível de todo o País, de tomada de gestão de empresas que até os donos ainda estavam lá e que, portanto, ainda estavam a funcionar. Cometeram-se alguns abusos, que ultrapassaram, muitas vezes os Órgãos Centrais de governação. Foram medidas tomadas a nível local, outras foram por conflitos gerados dentro das empresas, por já não existirem recursos para elas funcionarem devidamente e, portanto, exacerbaram conflitos entre trabalhadores, gestores e donos das empresas, mas a verdade é que foi todo este movimento de rotura que levou a que muitas empresas ficassem abandonadas.

Posteriormente, naturalmente e dentro dos princípios que orientaram o movimento de libertação foram feitas as nacionalizações fundamentais, da terra, da habitação, etc., e isso criou roturas adicionais, incontestáveis. Mas eu pergunto-me muitas vezes se não foram as medidas correctas que deveriam ser tomadas, na altura. Por exemplo, quando agora olhamos para o Zimbabwe e começamos a ver os problemas na África do Sul, porque houve assuntos que não se resolveram logo de início, enquanto que Moçambique, apesar do atraso provocado pela guerra de agressão, está num processo em que muitos destes problemas se resolveram. Temos novos problemas, temos o problema dos grandes projectos, que precisam de áreas de terra, de realocação de pessoas, etc., mas aquele

problema muito grave, que hoje nós verificamos em Países como o Zimbabwe e África do Sul, sobre a terra, sobre a nacionalização das principais actividades estratégicas, etc., foram resolvidas imediatamente. Portanto, nós hoje estamos numa situação completamente diferente, em Moçambique.

Mas, portanto, foi este o contexto que levou ao abandono das empresas de muitas empresas.

### **GDI: Qual foi a atitude do Governo face ao abandono das empresas?**

AB: A atitude foi de se criarem as Comissões Administrativas para a gestão das empresas. Não havia muitos técnicos, portanto, fomos buscar jovens que estavam a acabar os cursos para colocar à frente das empresas, fomos buscar técnicos, ou pessoas mais qualificadas que tinham ficado nessas empresas para ficar nas Comissões Administrativas, para a gestão dessas empresas e, mais tarde, começámos a fazer um processo de integração, de fusão dessas empresas.

A partir de '84/'85, depois do Programa de Reabilitação Económica<sup>5</sup>, iniciámos o processo de privatização, que é um processo que é interessante – não vamos desenvolvê-lo aqui – baseado num enquadramento legal criado no Ministério das Finanças para a privatização dessas empresas, que foi um movimento nada fácil. Por um lado, porque não havia condições ainda para as empresas funcionarem, uma vez estarmos em plena guerra. A situação económico-financeira do País era muito grave, a privatização *de per se* não resolvia os problemas, mas mesmo assim muitas das empresas privatizadas recomeçaram lentamente a recuperar. Outras acabaram por ser vendidas, fundidas, etc.

Eu deixei de ser Ministro em Janeiro de '91 e trabalhei durante 6 meses a preparar uma legislação para a privatização das empresas, já numa forma mais integrada, coerente, e trabalhámos 6 meses nisso, no próprio Ministério da Indústria. Saiu a legislação toda sobre a privatização que ainda é a legislação que permanece e que permitiu já encarar a privatização doutra maneira, através numa selecção mais cuidada de investidores. Isso permitiu que muitas das empresas privatizadas também a partir dos anos 90, já com a recuperação da Economia, em '92, '93, '94, começassem a ter pernas para andar.

A solução que foi adoptada nos anos 80 com esta massa de empresas que eram do Estado foi criar empresas sectoriais, que coordenavam ramos, portanto, o ramo do mobiliário, na indústria ligeira, o ramo alimentar, a indústria química, etc. Criaram-se esse tipo de entidades que permitiam a gestão destas empresas, que também formou muitos quadros. Com a privatização, muitos desses quadros até ficaram como gestores, alguns até como accionistas das empresas privadas no País.

Foi um processo também de formação de jovens. Nós, na altura, no Ministério mandámos muita gente para fora formar-se. No processo de gestão do sector público, formaram-se gestores, que hoje são bons gestores privados, e que estão no sector privado com responsabilidade, à frente de empresas.

---

<sup>5</sup> Programa de Reabilitação Económica – PRE – Iniciado em 1987 e mais tarde denominado Programa de Reabilitação Económica e Social, é um Programa clássico de ajustamento estrutural de orientação neoliberal, financiado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional.

**GDI: Com 30 anos era Ministro. O que se assistia na época era esse sector etário a tomar conta do País. O que é que pensa que levou esses jovens, muitos deles desistindo dos seus cursos, interrompendo os cursos a aderir ao projecto político da FRELIMO?**

AB: Há aqui dois aspectos: Os Moçambicanos negros jovens sofriam na pele a discriminação do colonialismo, mais do que jovens como nós. Portanto, a FRELIMO foi criada por jovens que se filiaram na organização para libertar o País e aspiravam a Independência.

Outros jovens como nós e que crescemos nos finais dos anos 60, princípios dos anos 70, começámos a familiarizar-nos com novas ideologias, com a luta nas universidades, contra o colonialismo e fascismo em Portugal e em Moçambique contra o colonialismo. Portanto, esta juventude que cresceu e teve acesso à universidade - não estou a falar daquelas dos que não tiveram esse acesso - por um lado, ou sentiram na pele a discriminação e sentiram a política colonial, ou se identificaram com a luta dos povos que lutavam contra o colonialismo, muito por via do convívio nas escolas secundárias e na universidade, de acesso à informação, de acesso a literatura, de acesso à participação em movimentos associativos, etc. Estes jovens com o acesso a este tipo de informação, começaram a compreender melhor o que se passava em termos da situação do País e, por outro lado, tinha uma informação crescente do que era a FRELIMO, o que a FRELIMO aspirava, quais eram os objectivos da FRELIMO, o que a orientava na luta pela Independência, o que permitia uma identidade destes jovens com aquele movimento.

Portanto, quando chegámos à altura da Independência, estão perfeitamente motivados para participar e serem parte do movimento para a construção do novo País. O voluntarismo e a falta de experiência eram ultrapassados pela dedicação, pela vontade de criar qualquer coisa nova, que era a aspiração de toda esta gente, que era criar um mundo novo, criar um País, em que os grilhões da exploração eram vencidos. Portanto, isto foi o que motivou, foi a vontade de construir qualquer coisa nova, orientada por princípios de libertação, de igualdade, de vencer a exploração, que motivou muitos destes jovens a aderirem e a participarem activamente na reconstrução do País.

**GDI: Será que conseguimos criar o Homem Novo<sup>6</sup>?**

AB: A questão é muito complexa. Porventura o que nós pensámos que podia ser feito em uma ou duas gerações vamos precisar de mais tempo. Portanto, o que nós temos de saber é como nos enquadrámos hoje numa sociedade e como é que contribuímos para essa sociedade, porque, claramente, concluímos em meados dos anos 80, que o modelo de colectivização, de estatização, tinha que ser alterado, não tinha condições de funcionar. Não funcionou noutros Países, muito menos iria funcionar em Moçambique.

Portanto, houve uma alteração de orientação política, inevitável, porque aquilo que nós aspirávamos era um bocadinho utópico, que em 10 anos nós íamos construir uma sociedade socialista, avançada, desenvolvida. Mas a questão de fundo é: o que se realizou naquele período foi fundamental, porque é preciso ter em conta que foi feito numa altura em que nós sofriamos uma agressão dum regime racista, apoiado por forças reaccionárias internacionais muito grande.

---

<sup>6</sup> O **Homem Novo**, na política revolucionária defendida por Samora Machel, tal como em outros países socialistas, era a base duma nova identidade nacional, dum novo conceito de moçambicanidade, por contraposição às diferenças culturais tradicionalmente existentes no país com o objectivo de unir todo o povo Moçambicano na construção dum só Estado, duma só Nação, livre de todos os males degradantes da sociedade e do jugo estrangeiro. Foi com este objectivo que se partiu para uma governação centralizada e orientado para a satisfação dos direitos universais dos cidadãos.

Portanto, Moçambique sofreu uma agressão que utilizou contradições internas e muitos destes problemas resultantes da tentativa de socialização acelerada do País, foram utilizados para criar internamente forças para tentar derrubar um projecto de Independência que estava a ser construído.

Portanto, se calhar, aquele Homem Novo que nós queríamos criar é uma utopia. Se calhar nós temos que repensar no Homem Novo, num Homem Novo distinto, que não seja no quadro duma sociedade Socialista, Marxista-Leninista, mas num quadro completamente distinto, em que os valores e os direitos humanos, a liberdade da Imprensa, os princípios de Democracia sejam consolidados e desenvolvidos, a transparência, a gestão da coisa pública, a utilização dos recursos naturais em benefício do país, o desenvolvimento de políticas que permitam reduzir a desigualdade, combater a pobreza, preservar o ambiente, e garantir que o País mantem os recursos disponíveis para as futuras gerações, etc., sejam os aspectos fundamentais.

Portanto, esse é o novo modelo que nós temos de lutar para conseguir desenvolver o País.

**GDI: Em relação ao esforço realizado por esses jovens, com muita inexperiência, será que se cometeram muitos erros, poucos erros? Pode dar exemplos que sejam resultado de inexperiência governativa na época?**

AB: Eu, por exemplo, apoiei uma coisa que hoje, provavelmente, repensando bem, não foi muito acertada, que foi fechar a Faculdade de Direito. Quando se fechou a Faculdade de Direito, eu apoiei. Não foi fechar, como se fez no 8 de Março, foi no sentido de fechar porque havia um movimento reaccionário muito grande dentro da Faculdade de Direito, e, portanto, eu penso que foi uma decisão compreensível, na altura, mas também penso que é uma daquelas decisões que podíamos ter evitado. Mas eu apoiei essa decisão. Na altura estava no Governo quando isso foi feito. Portanto, isso é um exemplo.

Há muitas coisas pequeninas. É evidente que houve casos, inclusive dentro do Ministério da Indústria, eu estava lá dentro, em que foram intervencionadas pequenas empresas, onde eventualmente isso não se justificava. Procurou-se corrigir esse erro.

Agora dizermos assim: “Não devíamos ter nacionalizado a habitação, não devíamos ter nacionalizado a terra, não devíamos ter nacionalizado o Ensino, não devíamos ter nacionalizado a Saúde?” Eu acho que não.

Eu penso que nós temos que enquadrar as decisões fundamentais tomadas num contexto histórico, que foram muito importantes para Moçambique. Agora, outra coisa que é, como nós gerimos isso depois? Mas que essas decisões foram incorrectas? Eu acho que não. Com todos os custos que envolveram. Eu penso que foram decisões fundamentais, essenciais para se poder reestruturar a sociedade Moçambicana, noutros pilares, noutros padrões. Senão, nós teríamos mantido um certo número de situações que estamos a ver acontecer noutros Países e que nós já ultrapassámos.

**GDI: Nesse contexto, em 8 de Março de 1977 foram suspensas a 10<sup>a</sup>. e 11<sup>a</sup>. Classes e os jovens foram postos a trabalhar. O que pensa disso? Foi uma decisão correcta?**

AB: O objectivo qual foi? Foi dar a uma nova geração de jovens a possibilidade de trabalhar. Para já colmatar insuficiências e falta de quadros existente a todos os níveis, na Educação, na Saúde, na Administração Pública, em

todo o lado, tendo em conta, principalmente, uma situação que era a seguinte: Não havia quadros, praticamente, em todo o País.

Estava tudo concentrado em duas cidades, porque as pessoas saíam das Universidades e, depois, ficavam aqui. Havia a preocupação de levar para todos os cantos do País, pessoas com o mínimo de formação, que fossem conhecer o País, que fossem trabalhar com as pessoas em todos os cantos do País. Não era só colmatar erros, mas formar gente.

Nós partíamos duma situação em que 90% da população era analfabeta, na altura da Independência. Era preciso fazer todo o tipo de trabalho administrativo. Enquanto se faziam as grandes campanhas de alfabetização era preciso ter professores, era preciso ter funcionários administrativos em todo o lado. Portanto, eu penso que não foi uma decisão incorrecta. Foi uma decisão que foi necessária e nestes processos há sempre alguém que se pode queixar: “Olha fui prejudicado pessoalmente”, como tivemos na Operação Produção. Nós sabemos que na Operação Produção foram cometidos excessos, havia uma intenção e foram cometidos excessos.

Portanto, eu tive pessoas dentro do meu Ministério que também procuraram tirar, no âmbito da Operação Produção, porque havia outras intenções. Quando se faz uma acção desta dimensão há sempre gente, a todos os níveis, que procura tirar proveito disso, para, eventualmente resolver alguns problemas deles, ou afastar pessoas, ou punir pessoas, porque fizeram isto ou aquilo e, portanto, há vinganças, há intenção de afastar gente.

No caso do 8 de Março, houve pessoas que se podem queixar hoje: “Eu perdi 2 anos do meu estudo” mas, eu penso que muitos também ganharam uma experiência muito grande para a vida, para recuperarem mais tarde, terminarem os seus cursos e trabalharem.

Portanto, eu penso que são decisões que têm de ser enquadradas e vistas no contexto em que foram tomadas e eu penso que não foi incorrecto, tomar aquela decisão.

**GDI: Neste período havia dificuldades de toda a ordem, desde crises na alimentação, incluindo crises de energia. Sei que esteve bastante ligado a essa problemática. Pode-nos contar o que acontecia?**

AB: Houve um momento na guerra de desestabilização contra Moçambique em que a estratégia foi cortar o abastecimento de electricidade às cidades. Maputo e Beira foram as cidades que sofreram mais. Em Maputo, a prática era derrubar as torres de energia e é engraçado que foram usadas várias tácticas. A primeira era: metiam explosivos nos 4 pés das torres e por vezes a torre, mas muitas vezes não caía, baixava apenas e os cabos ficavam muito perto do solo o que causava o corte de fornecimento. Então, a forma de resolver o problema era espiar a torre e cavar um buraco debaixo do cabo, para dar altura suficiente para a energia passar.

Sofisticaram depois a técnica, quando perceberam que muitas vezes a torre não caía, metiam explosivos em 3 pés e, portanto, a torre tombava, partia e curvava-se arrastando uma série de torres com eles. Houve uma vez que caíram 12 torres duma só vez, por causa dessa situação.

A situação em Maputo era terrível, porque nós tínhamos muitas carências, o País não tinha recursos financeiros, não tínhamos carvão, não tínhamos *diesel*, para as turbinas e as caldeiras a carvão trabalharem na Central. Portanto,

tínhamos que falar com doadores para nos arranjam fundos e tínhamos de fazer o racionamento da distribuição de energia na cidade.

Hoje, Maputo já tem um centro de comando, onde ali se ligam e desligam os vários postes de transformação e as áreas que se querem cortar ou alimentar. Na altura, era um técnico que ia para cima do prédio de 33 andares, e que dali pela rádio, ligava para a Central e dizia: “Agora aquela zona... desliga a zona X” e dali desligava-se e ele coordenava de cima do prédio como é que se distribuía a energia em Maputo.

Não tínhamos carvão... íamos ao Porto de Maputo e roubávamos vagões de carvão de exportação da África do Sul e depois falávamos com a Eskom<sup>7</sup> para fazer as contas com o fornecedor de carvão, de tal maneira para que pudéssemos ter carvão para funcionar aqui em Maputo. Eu andei muitas vezes dentro do Porto de Maputo a desviar vagões de carvão para a Central Térmica poder funcionar.

As pessoas adaptaram-se a este processo. Procurávamos, na medida do possível, anunciar as áreas que eram alimentadas, as horas a que teriam a energia. Eu recebia cerca de 100 telefonemas por dia, a protestar porque “Deveria ter luz hoje na minha zona e não tenho” e depois, ainda hoje há um corte de energia em Maputo, as pessoas ligam para mim, como se eu soubesse porque é que não há energia na cidade do Maputo, nomeadamente a minha vizinha, porque acha que eu ainda sei porque é que há cortes de energia na cidade de Maputo, de vez em quando.

Portanto, isto foi um problema terrível, porque quem manteve durante anos, este abastecimento à cidade e permitiu que a Economia não parasse totalmente, eram jovens que estavam na Electricidade de Moçambique, jovens engenheiros, que, posteriormente, ascenderam a funções na Direcção da empresa, outros já se reformaram, mas que cresceram dentro da Electricidade de Moçambique, formaram-se como técnicos e muitos deles pertenciam também à minha geração. Passaram muito tempo quer nas linhas, na reconstrução das linhas, quer nas centrais, aqui e na Beira e, depois, também a nível da Zambézia e Nampula quando se sabotou a linha Centro-Norte.

Portanto, isto foi um período muito complicado que afectou a Economia numa forma muito intensa, mas que por outro lado, forjou muita gente, criou muitos quadros, preparou muita gente para o futuro e permitiu identificar muitas fragilidades que havia no nosso sistema de abastecimento de energia, as alternativas que era necessário construir, para permitir que se salvaguardassem situações similares.

### **GDI: Porquê o carapau e o repolho? Porque não o peixe serra?**

AB: A questão fundamental é esta: Portanto, no final dos anos 70... 77... princípios dos anos 80, a produção nacional tinha caído a níveis baixíssimos, por exemplo, no sector pesqueiro. Eu estive 6 meses no sector pesqueiro e tive oportunidade naquele período de percorrer o País e tive encontros com armadores na Beira.

Por exemplo, no País, no período colonial, havia muito peixe importado e o sector pesqueiro era dominado por algumas, poucas empresas. Na Beira era a ARPEM que controlava a pesca quase toda. Não tínhamos pequenos armadores, não tínhamos pequenos e médios armadores nacionais. Muitas destas empresas sofreram a mesma

---

<sup>7</sup> A **Eskom** é uma empresa pública de electricidade da África do Sul, estabelecida em 1923 como a Comissão de Fornecimento de Energia Eléctrica (ESCOM) pelo governo da União da África do Sul.



coisa que sofreram as outras empresas do sector industrial e na agricultura. As pessoas abandonaram e a produção tinha atingido níveis muito baixos. A solução do Governo foi fazer importações e a importação mais económica, mais eficiente que garantia maiores quantidades de abastecimento era a importação do carapau e do peixe que vinha muito da Namíbia, que hoje ainda se mantem.

Portanto, substituiu muito a falta da produção nacional. Eu tive a oportunidade de ter um encontro com os armadores de pesca na Beira, onde os armadores Moçambicanos se queixavam muito de falta de apoio ao sector pesqueiro, por parte do Estado. Eu tive ocasião de lhes recordar que uns anos antes, em '73, '74, '75, nenhum deles era armador. Foram as condições que o Governo criou, que permitiu que eles começassem a desenvolver a actividade pesqueira e que a produção pesqueira começasse a aumentar.

Naturalmente, na altura em que eu falei com eles, eles estavam a precisar de apoios adicionais e isso veio a acontecer, posteriormente. Portanto, a actividade pesqueira, depois, subiu, aumentou. Fizeram-se empresas mistas, não só para o camarão, mas traziam a fauna acompanhante e começaram a trazer peixe.

Entretanto, o desenvolvimento de maior número de pequenos armadores, pequenos e médios, permitiu começar a aparecer mais peixe no mercado e bom peixe que nós temos, garoupa ou serra, todo o tipo de peixe. Mas, na altura, não havia. A produção era baixíssima, o recurso foi importar carapau, que era aquilo que garantia o alimento e dava proteína às pessoas em grande quantidade. Mesmo a produção de carne, praticamente desapareceu. As restrições económicas que o País vivia, portanto, as exportações baixaram a um nível muito grande, não havia acesso a linhas de financiamento, não havia acesso a crédito internacional, o cerco era completo. Tínhamos guerra, por um lado, tínhamos a situação de fecho e bloqueio internacional, de linhas de financiamento e de crédito, portanto, as carências eram enormíssimas no País. Até recomeçar, lentamente, com o Programa de Reabilitação Económica, começara reabilitar a Economia nacional, a abertura do mercado internacional, acesso a novas fontes de financiamento, os acordos com o Banco Mundial e o FMI permitiram que a Economia tivesse acesso a... o País tivesse acesso a recursos que permitiram redinamizar a Economia. Mas, aqueles anos 70 foram terríveis.

Portanto, nós tínhamos um boicote Regional muito grande, por parte da África do Sul, a Rodésia com a agressão em cima de nós, as exportações a cair, a saída de gente qualificada, o dinheiro que desapareceu do Banco Central, a falta de remessa dos emigrantes, tudo aquilo criou uma situação de bancarrota na Economia após a Independência. Portanto, isso tudo impediu que houvesse um abastecimento ao País, com a queda da produção interna.

Mas o carapau tinha muita proteína. Nós comemo-lo muito, o meu filho também o comeu muito... Como é que nós o chamávamos? Porque era a farinha amarela com o carapau. O que é engraçado é que o meu filho, quando depois mais tarde se começou a ter acesso a comida melhor, não gostava, só gostava do carapau, que era o que ele também comia na Escola. Ele gostava era do carapau, não era da carne, não era da galinha, não era nada disso, depois também se foi habituando que as outras coisas também são boas.

### **GDI: Se pudesses voltar atrás no tempo, terias feito alguma coisa diferente?**

AB: Acho que não. Eu acho que foi uma experiência que me enriqueceu muito, amadureceu muito, permitiu compreender muito melhor a vida, a sociedade, o País o onde vivo... não, eu não teria feito nada diferente. Teria procurado era, se voltasse atrás, eventualmente, ter feito melhor daquilo que fiz, mas não teria procurado fazer

# GERAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

coisa diferente e julgo que esse é o sentimento de todos aqueles que como eu, naquela altura, se envolveram nesta gesta de construir Moçambique e, portanto, eu não faria nada diferente, procuraria fazer melhor, se pudesse.■

## BIOGRAFIA



ANTÓNIO BRANCO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX